

A Apubh defende a autonomia universitária, mas reconhece o trabalho do TCU

Tendo em vista as notícias recentemente veiculadas pela mídia sobre as relações entre a UFMG e sua principal fundação de apoio – a Fundep - os diretores da Apubh, sindicato que representa os professores da UFMG, se reuniram para discutir o papel das fundações de apoio às universidades, o acórdão 2.731 do TCU, aprovado em reunião plenária deste órgão no último mês de novembro, e a questão da autonomia universitária.

Em seu acórdão 2.731 de novembro de 2008, o TCU aponta possíveis irregularidades nas relações entre 14 universidades federais e suas fundações, dentre elas a UFMG e a Fundep. Ao contrário do que enfatiza a mídia, o documento do TCU vai bastante além da simples indicação de possíveis irregularidades. Este enumera providências a serem tomadas pelas próprias universidades no sentido de adequarem o funcionamento de suas fundações de apoio e também pelos Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia e Planejamento e pelo próprio TCU no sentido de facilitarem suas relações financeiras com as universidades.

Por um lado, a imprensa e o grande público precisam conhecer os motivos que levaram as universidades a constituir as fundações de apoio. Tais fundações foram a maneira encontrada para o exercício possível da autonomia de gestão financeira das universidades, a qual deveria ser garantida pelo artigo 207 da Constituição de 1988, ainda sem regulamentação. As fundações servem também aos interesses dos professores que recebem verbas para suas pesquisas e precisam realizar compras com essas verbas. Nesse caso, elas atuam aliviando o trabalho burocrático do pesquisador e otimizando o poder de compra das verbas recebidas para a pesquisa. Por qualquer dos prismas, os serviços prestados pelas fundações são de valor inestimável para a consecução dos objetivos das universidades.

Por outro lado, a atual administração da UFMG também deve reconhecer a possibilidade de que ilegalidades e exageros possam algumas vezes ter acontecido nas relações dessa universidade com a Fundep, como os ocorridos, por exemplo, no caso recente da Universidade de Brasília e que acabou levando à demissão de seu reitor. O trabalho do

TCU deve ser interpretado não como uma tentativa de limitar as universidades em suas funções de interesse público, mas sim como instrumento para aprimorar essas funções do ponto de vista da transparência e do cuidado devidos com o dinheiro público.

Os diretores da Apubh avaliam que a publicidade exagerada dada ao exemplo UFMG/Fundep tem contribuído para denegrir injustamente essas instituições. A UFMG é uma das melhores universidades brasileiras, reconhecida publicamente por sua atuação para o desenvolvimento do Brasil e da cultura humana. O reconhecimento da Fundep como parceira da UFMG e a relevância das atividades dessa fundação para que a universidade possa atingir seus objetivos são também praticamente unânimes entre os professores. O acórdão do TCU teve o mérito de suscitar as discussões sobre como promover a necessária e completa autonomia das universidades, dentro dos limites estabelecidos pela sociedade. As possíveis irregularidades apontadas no acórdão devem ser analisadas com profundidade pela administração da UFMG, atual e futuras, e, se for o caso, corrigidas. Mas isso não pode servir para que a mídia ataque a UFMG com base no referido relatório.

Diretoria do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh)